

POLÍTICA DE AÇÃO AFIRMATIVA PARA NEGROS/AS NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: REVISÃO INTEGRATIVA DE TESES DO PORTAL CAPES

AFFIRMATIVE ACTION POLICY FOR BLACK PEOPLE IN HIGHER EDUCATION IN BRAZIL: INTEGRATIVE REVIEW OF CAPES PORTAL THESES

 <https://orcid.org/0000-0003-3758-3468>. Marina Santos Pereira Santos^A
 <http://orcid.org/0000-0001-8871-5913>. Lúcia Isabel da Conceição Silva^B
 <https://orcid.org/0000-0002-5465-1066>. Carlos Henrique Garcia de Souza^B

^A Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), São Luís, MA, Brasil

^B Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

^B Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

Recebido em: 01 mar. 2023 | **Aceito em:** 18 jun. 2023

Correspondência: Marina Santos Pereira Santos (marinaachiles@gmail.com)

Resumo

Este artigo analisa a produção acadêmica sobre a política de ação afirmativa com recorte racial da perspectiva da população negra nas universidades brasileiras, nas áreas da educação e da sociologia, no período que compreende os anos de 2009 até 2019. Trata-se de uma revisão integrativa de literatura que contemplou a procura na base eletrônica do Catálogo de teses e dissertações do Portal Capes. Foram selecionadas quarenta e oito teses. Os resultados apresentam a questão racial no Brasil no âmbito das políticas educacionais inclusivas com recorte racial no ensino superior, desse modo, o panorama dessas produções destaca as principais dimensões e tendências assumidas por estes estudos evidenciando suas formas, métodos, caracterizando-as e aproximando-as de acordo com seus objetivos.

Palavras-chave: Ação Afirmativa; População negra; Educação superior; Revisão Integrativa.

Abstract

This article analyzes the academic production on the affirmative action policy with a racial focus from the perspective of the black population in Brazilian universities, in the areas of education and sociology, in the period comprising the years 2009 to 2019. This is an integrative review of literature that contemplated the search in the electronic base of the Catalog of theses and dissertations of the Capes Portal. Forty-eight theses were selected. The results present the racial issue in Brazil within the scope of inclusive educational policies with a racial focus in higher education, thus, the panorama of these productions highlights the main dimensions and trends assumed by these studies, evidencing their forms, methods, characterizing them and bringing them closer according to their objectives.

Keywords: Affirmative Policy; Black people; Higher Education; Integrative review.



Introdução

No Brasil, empreender uma análise de trabalhos que se debruçam sobre as políticas de ações afirmativas para negros/as é trilhar por um campo tensionado, sobretudo porque expõe uma realidade que parte da nossa sociedade insiste omitir, isto é, o racismo que atravessa a sociedade brasileira, mas que veementemente é negado por essa mesma sociedade, fruto de um sofisticado sistema ideológico que combina mitos como o da “Democracia racial” alinhado à falsa “superioridade branca” que compõem um complexo estruturante da sociedade e projeto de nação no Brasil (GONZALEZ, 2018).

A desigualdade expressa no racismo em relação aos/as negros/as inicia-se com o tráfico dos povos africanos que foram escravizados e transformados por meio da lógica do sistema escravista em “mercadorias”, passivos de troca e acumulação, estes “corpos-objetos” ou “objetos-corpos” (MBEMBE, 2018), desembarcados forçadamente aqui, ajudaram a compor a sociedade brasileira, desde esse período um fosso social foi construído entre os/as brancos/as colonizadores/as e os/as negros/as escravizados/as e essa desigualdade social perdurou mesmo após a abolição da escravatura.

Hasenbalg (1979) e Santos (1997) afirmam que a abolição da escravidão no Brasil não isentou os/as ex-escravizados/as da discriminação racial e das suas consequências danosas. Santos (2014) evidencia que, naquele momento, a despeito de todas as adversidades enfrentadas, os/as negros/as escravizados/as lutavam incessantemente por suas liberdades e já naquele contexto aprender a ler e escrever, ainda que parcamente, dadas as condições desfavoráveis, com outros/as negros/as que dominavam as letras e as escritas, surgia como uma estratégia, também, para o enfrentamento da luta contra a escravidão, por essa razão a educação sempre foi uma bandeira de luta dos/as negros/as. Entretanto, a busca por liberdade era a urgência daquele momento. Assim, reitera Santos (2014, p.28) “A prioridade na luta contra o escravismo era a liberdade, o fim da escravidão, ficando outras demandas para um segundo momento”.

Decerto que após a conquista da abolição, inicia-se outra batalha para os/as negros/as libertos/as, a busca por instrução, pois, naquele momento, entendiam que deixados à margem da sociedade, sem instrução, vivendo nas ruas ao relento ou em míseros casebres erguidos sem as mínimas condições de higiene nos guetos das cidades, lhes restariam apenas o desemprego ou subemprego, ou seja, continuariam vivendo em absoluto estado de miséria.

Essa categórica situação de abandono dos/as negros/as “libertos/as” guindado pelo Estado Republicano Brasileiro, instalado após o regime escravocrata, os/as instigou, estimulando-os/as a iniciar uma nova luta, desta feita tendo como prioridade a instrução formal. Segundo o sociólogo Sales Augusto Santos:

Uma vez debelada a escravidão formal em 13 de maio de 1888, ficando os ex-escravizados deixados à própria sorte, conforme a expressão de Florestan Fernandes (1978), as demandas da população negra tornam-se a pedra angular dos grupos organizados em torno das assimetrias sociais/raciais, visto que a extinção do escravismo não garantiu, a um só golpe, a participação igualitária desse contingente nacional. (SANTOS, 2014, p.42)

Não se há de negar, que a batalha por uma segunda abolição, agora em outra seara, qual seja, no campo da educação, tornou-se a bandeira de luta dos/as negros/as libertos/as, visto compreenderem que esse seria o caminho promissor, o qual viabilizaria as suas inserções na sociedade de classes. Santos (2014) explica que os/as negros/as novamente organizados postulam ao futuro ministro da justiça, o então Jornalista Rui Barbosa o direito à educação formal para os filhos dos/as ex-escravizados/as, contudo, tiveram solenemente ignoradas as suas demandas, permanecendo, assim, a inexistência de políticas públicas, para além da intolerância, da truculência e da exclusão. Nesse compasso “A reivindicação por educação formal passou a ser uma das principais demandas dos movimentos negros brasileiros a partir de então” (SANTOS, 2014, p.43).

Na conjuntura dessas lutas, as ações dos movimentos negros foram e continuam sendo fundamentais para exigir do Estado Brasileiro posições sérias e efetivas em relação às políticas envolvendo todas as áreas voltadas para os/as negros/as, sobretudo, no que tange à área da educação, sobre este aspecto, o trabalho de Nilma Lino gomes, Movimento Negro educador (GOMES, 2017), ressalta a histórica importância do movimento negro e seus/suas agentes políticos como construtores/as ativos/as de saberes, por meio de diálogos intergeracionais que conjuminam prática social e política, bem como a subversão da teoria e a reivindicação na construção de uma luta contra o racismo, pela liberdade e por direitos sociais, configurando-se como um importante vetor de conquistas sociais para a população negra.

Necessário observar que nessa luta por uma educação formal reivindicada pelos/as negros/as, a demora do Estado brasileiro, no atendimento dessas demandas, trouxe consequências danosamente incalculáveis para esse seguimento da população, cabalmente mais desassistido, por conseguinte, reverberou nos seus descendentes, restando, portanto, a triste realidade de que no Brasil a miséria tem cor.

Urge observar, conforme discorremos anteriormente, que as consequências em razão dessa ausência do Estado, refletiram negativamente nas estatísticas sociais.

A pobreza no Brasil, nunca é demais repetir, tem a cor negra! E com o advento da pandemia da COVID-19, aquele momento então regido por um governo de extrema direita com postura negacionista em relação a essa pandemia, a desigualdade social se agravou. A população negra foi duramente afetada durante a crise sanitária e política no país, estudos como o de SILVA; MORAIS e SANTOS (2020) demonstraram por meio da análise de Boletins Epidemiológicos (BE) emitidos pelo COE COVID-19, da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde do Brasil, que a política de morte contra a população negra no Brasil foi, mais uma vez, concretizada em um momento de crise, onde os/as negros/as representaram a maioria nos números de mortos, evidenciando uma maior letalidade da COVID-19 para esta população.

Diante das desvantagens sociais e educacionais históricas a que está submetida a população negra, Santos (2014, p.81) afirma que “a educação como um valor e um vetor estratégico para a suplantação da discriminação racial e para a ascensão da população negra”. Por conseguinte, o direito às políticas de ações afirmativas e em particular, as de recorte racial para negros/as nas universidades públicas, ocorreu conforme pontuamos acima, em um campo de disputas políticas, e o objetivos dos defensores foi de ampliar a democratização da educação superior no Brasil.

Isto posto, demonstramos como são imprescindíveis as pesquisas que investigam as ações afirmativas para negros/as implementadas nas universidades brasileiras, sobretudo, as pesquisas que mostram as vantagens materiais e representativas que as ações afirmativas podem oferecer à instituição de ensino superior, à família e à coletividade dos/as estudantes beneficiados/as e não somente aos/as estudantes beneficiados/as. (Santos, 2015)

Para o objetivo desse artigo de revisão integrativa, demarcamos pesquisar as teses que foram produzidas pelas universidades brasileiras, na área da educação e sociologia, disponíveis no Banco de Teses & Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, no período de 2009 a 2019, sobre o tema “políticas de ação afirmativa para negros/as no ensino superior”.

Na realização desse trabalho seguimos as seguintes etapas: Primeiro escolhemos os descritores que conduziram a busca dos trabalhos no Catálogo de Teses & Dissertações - CAPES, que foram : ‘Cota racial negros’; ‘Ação afirmativa negro’ e ‘negro “Ensino

Superior””. No passo seguinte, fizemos respectivamente busca de cada descritor, que para efeito de organização nomeamos N1 =Número total de teses e dissertações sem nenhum refinamento; N2 = Somente Teses; N3 = Refinamento temporal: últimos 10 anos; N4 = Grande área (humanas); N5 = Área de concentração (Educação e Sociologia); N6 = Teses que tenham no título pelo menos dois dos seguintes descritores: cotas negros, cotas ensino superior, política de ação afirmativa e N7= Número de trabalhos selecionados para análise que não se repetiram. O total de trabalhos encontrados e seu refinamento estão descritos no quadro abaixo.

Quadro 1 - Refinamento da pesquisa

DESCRITORES	REFINAMENTOS						
	N1	N2	N3	N4	N5	N6	N7
Cota racial negros	11146	2777	1950	785	363	28	22
Ação afirmativa negro	6769	1747	1175	461	203	19	16
Negro “Ensino superior”	21267	4548	3215	1542	1073	20	10
Total	39183	9073	634	2789	1640	67	48

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. 2023.

Buscamos organizar o material coletado dentro de um panorama quantitativo e qualitativo buscando a identificação e discutindo as características gerais dos estudos, tais como: quantitativos de produções; recorte temporal, distribuição geográfica e tipos de pesquisa. Ademais são também analisadas as perspectivas adotadas nos estudos; as metodologias empreendidas; os principais resultados e conclusões a que tais estudos chegaram sobre o tema pesquisado, bem como, as possíveis lacunas ou questões que precisam ser melhor exploradas em relação as ações afirmativas para negros/as.

Dessa maneira, o trabalho segue a seguinte estrutura: inicialmente discorreremos sobre a metodologia com a qual trabalhamos, explicando o que é uma revisão integrativa e seu desenvolvimento, em seguida apresentamos os resultados da investigação das teses e as considerações finais.

Metodologia: as etapas da revisão integrativa

Neste artigo, elegemos a revisão integrativa da literatura como procedimento metodológico para descrever o estado da arte, ou seja, a produção de conhecimento sobre as ações afirmativas, assim com base nos escritos de Ercole:

A revisão integrativa de literatura é um método que tem como finalidade sintetizar resultados obtidos em pesquisas sobre um tema ou questão, de maneira sistemática, ordenada e abrangente. É denominada integrativa porque fornece informações mais amplas sobre um assunto/problema, constituindo, assim, um corpo de conhecimento. (Ercole, et al .2014. p.1)

Na esteira dos estudos sobre a revisão integrativa, (SILVA; FURTADO 2019; BOTELHO *et al*, 2011; SOUZA *et al*, 2009; URSI, 2005) autores apontam que esse método permite ao/a pesquisador/a aproximar-se do problema que deseja avaliar, traçando uma visão ampla sobre os trabalhos científicos produzidos, de forma que possa perceber o desenvolvimento do tema ao longo do tempo e a partir daí observar as lacunas que permitirão novos caminhos de pesquisa.

No processo de elaboração da revisão integrativa seguimos seis fases diferentes entre si: a primeira diz respeito à identificação do tema ou a questão da pesquisa; a segunda, à busca de estudos na literatura; terceira, a descrição das informações a serem coletadas nos trabalhos selecionados; quarta, a análise dos trabalhos escolhidos; quinta, a apreciação dos resultados e sexta, a exposição da revisão/resumo do conhecimento. (ERCOLE *et al*, 2014)

Seguindo as fases da revisão integrativa, de posse do tema da pesquisa, selecionamos os descritores que balizaram a busca, a saber: ‘cota racial negros’; ‘ação afirmativa negro’; ‘negro e ensino superior’ ‘. A busca foi realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da plataforma da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, no período de 18/03/2020 a 23/03/2020. No processo de refinamento da busca chegamos a um quantitativo de 67 teses, da amostragem, foram excluídos 19 trabalhos por duplicação de estudos, ou seja, algumas teses se repetiram no mesmo descritor e nos diferentes descritores que trabalhamos, restando 48 teses conforme quadro que elaboramos agregando título do trabalho, autor/a e ano da produção.

Quadro 2 - Título, autor/a e ano das teses

Nº	TÍTULO DA TESE	AUTOR	ANO
1.	Abolição das desigualdades: Ações Afirmativas no Ensino Superior	Sanger, Dircenara Dos Santos	2009
2.	Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa.	Santos, Dyane Brito Reis	2009

3.	Identidade Raça e Representação: Narrativas de Jovens que ingressaram na Universidade de Brasília pelo Sistema de Cotas Raciais	Ferreira, Erika Do Carmo Lima	2009
4.	O Programa Universidade para Todos e a inserção de negros na educação superior: a experiência de duas Instituições de Educação Superior de Mato Grosso do Sul - 2005 – 2008	Marques, Eugênia Portela de Siqueira	2010
5.	O Sistema de Cotas para Negros na Universidade Federal do Maranhão: uma política de ação afirmativa para a população afro-maranhense.	Nunes, Antônio de Assis Cruz	2011
6.	Ações Afirmativas, Educação e Relações Raciais: Conservação, Atualização ou Reinvenção do Brasil?	Jesus, Rodrigo Ednilson de.	2011
7.	Universidade Zumbi dos Palmares: uma proposta alternativa de inclusão do negro no Ensino Superior	Vicente, José	2012
8.	Programa de ações afirmativas na universidade pública à luz da visibilidade midiática: entre as ações institucionais e as percepções dos sujeitos	Decia, Ana Cristina Muniz	2013
9.	O Debate Sobre Cotas Universitárias: Itinerários da Prática Pedagógica na Universidade Federal de Sergipe'	Oliveira, Andrea Herminia de Aguiar	2013
10.	A Política de Cotas na UEPG: em busca da democratização da Educação Superior	Krainski, Luiza Bitencourt	2013
11.	Acesso e produção acadêmica de estudantes cotistas negros da Universidade Federal do Maranhão	Maciel, Regimeire Oliveira	2014
12.	Raça e Classe nos Programas de Cotas e ou Reserva de Vagas para Ingresso no Ensino Superior Público Brasileiro	Jesus, Marcelo Siqueira de	2014
13.	“Os ‘Intrusos’ e os ‘Outros’ Quebrando o Aquário e Mudando os Horizontes”: as Relações de Raça e Classe na Implementação das Cotas Sociais no Processo Seletivo para Cursos de Graduação Da UFES – 2006-2012	Gonçalves, Sergio Pereira Dos Santos	2014
14.	Por Trás dos Muros da Universidade: Representações de Estudantes Sobre o Sistema de Reserva de Vagas (Cotas) d Sobre Estudantes Cotistas da UFES	Aguiar, Maria Cristina Figueiredo	2014
15.	Educação Superior, Política de Cotas e Jovens: das Estratégias de Acesso às Perspectivas de Futuro	Cavalcante, Claudia Valente	2014
16.	Desigualdades, Direitos Humanos e Ações Afirmativas: História e Revelações do Programa UFGINCLUI Goiânia'	Hamu, Daura Rios Pedroso	2014
17.	A nação mestiça ameaçada? Análise anticolonial do debate público sobre as ações afirmativas no Brasil	Moya, Thais Santos	2014
18.	Cor e Ensino Superior: Trajetórias e Experiências de Estudantes Cotistas da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT	Costa, Jacqueline Da Silva	2015

19.	Tem Preto de Jaleco Branco? Ações Afirmativas na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Alagoas	Santana, Jusciney Carvalho	2015
20.	Política de Educação Superior e Ações Afirmativas: O Projeto Negraeva no Estado de Mato Grosso do Sul	Santos, Laura Marcia Rosa Dos	2015
21.	A Democratização do Acesso à Universidade: Um Estudo Sobre a trajetória e o desempenho de alunos cotistas da Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro	Barreto, Maria Augusta Olivieri Sa	2015
22.	Ações Afirmativas na UFRGS: Racismo, Excelência Acadêmica e Cultura do Reconhecimento	Grisa, Gregorio Durlo	2015
23.	Política de Cotas na Universidade Federal de Juiz de Fora (2006-2012): Eficácia e Eficiência JUIZ DE FORA 2015	Beraldo, Antonio Fernando De Castro Alves	2015
24.	Políticas Afirmativas para Negros nas Universidades Federais entre 2002 – 2012: Processos e Sentidos Na UNB, UFPR e UFBA	Marcal, Jose Antonio	2016
25.	Política de Cotas para Ingresso na Educação Superior Pública: 10 Anos na Universidade Estadual de Goiás (2005-2015)	Junior, Ronaldo Rosa Dos Santos	2016
26.	Políticas de Permanência de Estudantes na Educação Superior: em exame as Universidades Comunitárias Catarinenses	Voos, Jordelina Beatriz Anacleto	2016
27.	Ações Afirmativas Em Universidades Públicas Brasileiras: Uma Análise Sobre A Implantação Das Cotas Raciais	Souza, Nilda Rodrigues de	2017
28.	Discutindo Trajetórias: Etnicidade, Classe e Cotas Na UEPB	Farias, Melania Nobrega Pereira de	2017
29.	MUDANÇAS NA UFRGS: Diálogo com docentes dos Cursos de Licenciatura em História, Letras E Pedagogia sobre Programa de Ações Afirmativas, Educação das Relações Étnico-Raciais – ERER, Estudantes Cotistas e Currículos Escolares	Fontoura, Maria Conceição Lopes	2017
30.	Gestão Universitária, Diversidade Étnico-Racial e Políticas Afirmativas: O Caso da UFMG	Gonzaga, Yone Maria	2017
31.	A POLÍTICA AFIRMATIVA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: Contributos e dilemas do sistema de cotas da Lei Nº 12.711/2012'	Crosara, Daniela de Melo	2017
32.	Dez Anos de Cotas na UFRGS: Um Estudo das Ações Afirmativas na Perspectiva do Acesso, Permanência e Empoderamento dos Alunos Negros Diplomados	Souza, Eliane Almeida de	2017
33.	Políticas de Ação Afirmativa: Implicações na Trajetória Acadêmica e Profissional de Afro-Brasileiros/as Cotistas Egressos/as da UEMS (2007-2014)	Cordeiro, Ana Luisa Alves	2017
34.	Desafios para Permanência no Ensino Superior: Um Estudo a Partir da Experiência da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)	Dias, Sonia Maria Barbosa	2017

35.	Ações Afirmativas com recorte Racial no ensino superior e disputas de identidade nacional no Brasil	Junior, Aristeu Portela	2018
36.	Cotistas Negros da UFSM e o Mundo do Trabalho	Dutra, Maria Rita Py	2018
37.	Invisível, implícito e dissonante: Percepções docentes da experiência de relações raciais à luz de Políticas Afirmativas em um curso de medicina	Queiroz, Monica Romitelli de	2018
38.	Implementação da Lei de Cotas em Três Universidades Federais Mineiras	Santos, Adilson Pereira dos	2018
39.	Meta-Avaliação das Políticas de Cotas: Um Estudo de Processos nas Universidades Estaduais Paranaenses	Souza, Andreliza Cristina de	2018
40.	A “lei de cotas” no ensino superior brasileiro: reflexões sobre a política pública e as universidades federais	Anhaia, Bruna Cruz de	2019
41.	A produção do conhecimento sobre ações afirmativas nos programas de pós-graduação no Brasil: balanços e perspectivas	Carvalho, Emanuel Mangueira	2019
42.	Intercultura, Formação De Professores E Cotas Nas Universidades Brasileiras: Uma Realidade Efetiva Ou Formal?	Friedrich, Rafael	2019
43.	POLÍTICAS PÚBLICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA: possibilidades decoloniais no Ensino Superior	Gonçalves, Mirian Lucia	2019
44.	Histórias afro-brasileiras na ordem do discurso das políticas educacionais	Maciel, Luiza Vieira	2019
45.	Educação, Democracia e Inclusão Racial: Análise da efetividade da lei de cotas para negros em concursos docentes de universidades federais	Palma, Vanessa Cristina Lourenco Casotti Ferreira Da	2019
46.	Ações afirmativas e equidade formativa na Universidade Federal da Bahia: um estudo sobre ações gestoras no ensino, na pesquisa e na extensão	Silva, Jacqueline Dos Santos	2019
47.	Políticas de ação afirmativa e as construções identitárias exigidas, manipuladas e disputadas por seus beneficiários'	Souza, Alexsandro Eleoterio Pereira De	2019
48.	Os jovens negros e universitários moradores da periferia da cidade de São Paulo: expectativas, conflitos e contradições'	Tineu, Rogerio	2019

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa realizada no período de 18/03/2020 à 23/03/2020. 2023.

Buscando construir o panorama das produções o material foi descrito e analisado a partir de duas dimensões principais: uma dimensão quantitativa, que busca uma caracterização geral das teses selecionadas ao analisar as seguintes variáveis: recorte temporal, distribuição regional, tipo de pesquisa e metodologias empreendidas.

Uma segunda dimensão de análise se debruça mais sobre os principais objetivos e resultados das pesquisas, de forma a discutir as tendências assumidas pelos estudos e na perspectiva de compreender melhor como esses estudos contribuíram para entender as políticas de ação afirmativa para negros/as no ensino superior.

Caracterização geral das pesquisas sobre ações afirmativas para negros/as

As teses foram selecionadas considerando o período de dez anos, de 2009 a 2019, com o objetivo de mapear, nesse recorte temporal, as temáticas que direcionaram as pesquisas sobre as ações afirmativas. Nesse processo de análise ficou evidenciado que das 48 teses, 37,5% delas se debruçaram sobre a implementação das ações afirmativas nas universidades; 18,75% Avaliação dos estudantes cotistas; 14,58% Avaliação do debate social sobre as políticas de ações afirmativas; 10,41% Avaliação das políticas de permanência; 8,33% Políticas públicas de democratização do acesso à universidade; 8,33% Projeto Pedagógico específicos para negros e 2,08% Análise epistemológicas das teses e dissertações sobre políticas afirmativas.

O maior número de estudos elegeu a implementação das ações afirmativas nas universidades como foco de suas pesquisas, entendemos que a inclinação por este tema decorre do fato de que essa política educacional estava sendo implementada nas universidades antes mesmo da Lei nº 12.711/2012 (BRASIL, 2012) - Lei das cotas para o ensino superior- e havia uma diversidade de técnicas de implementação dessa política nas universidades chamando a atenção dos/as pesquisadores/as, sobretudo, os que investigam as questões raciais e/ou educacionais.

Essas pesquisas analisaram a efetivação dessa política educacional com o objetivo de compreender seus acertos e problemas no processo de implementação. Estes estudos evidenciam que a política de ações afirmativas viabilizou a democratização na entrada nas universidades dos/as estudantes negros/as e demonstraram também que não houve qualquer prejuízo no nível de ensino nas universidades, como presumiam os críticos das políticas de ações afirmativas. Santos (2015) observou que em geral as pesquisas desenvolvidas por alguns pesquisadores dos sistemas de cotas têm afirmado que na média não há desigualdade com significância estatística entre o índice de rendimento acadêmico dos alunos cotistas e dos não cotistas. Por outro lado, Santos prosseguindo em sua argumentação, observa que:

Os dados coletados pelas universidades sobre os seus estudantes foram produzidos por meio de pressão e crítica negativa contra o sistema de cotas e não por dever e/ou compromisso públicos que qualquer instituição deve ter como missão, ou seja, essas

pesquisas estavam mais preocupadas em adotar uma postura defensiva contra os ataques dos críticos das ações afirmativas, o que possivelmente reduziu o foco das análises, que poderiam se debruçar sobre outras questões, alargando assim a visão sobre essa política educacional. (SANTOS, 2015, p.223)

Ao analisar o recorte temporal de produção dessas 48 teses observamos uma oscilação nos estudos sobre as ações afirmativas, assim houve um aumento nos anos de 2014, 2015, 2017, 2018 e 2019, e um menor número nos anos de 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2016. Refletimos que esse movimento dos estudos nas áreas da Educação e Sociologia teve relação com a instituição da Lei nº 12.711/2012, onde todas as universidades Federais e Institutos Federais tiveram que implementá-la, passando a ser alvo de estudo nestas instituições, mas, essa reflexão não se aplica para os anos de 2013 e 2016 onde diminuiu o número de pesquisas. Acreditamos que essa diminuição tenha relação com o afunilamento das teses que estabelecemos na realização deste artigo de revisão integrativa, possivelmente em outras áreas de estudos das ações afirmativas a tendência do aumento do estudo tenha se mantido. O gráfico abaixo demonstra a evolução dos estudos no recorte temporal em que trabalhamos.

Figura 1 - Gráfico das distribuições de teses por ano



Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa realizada no período de 18/03/2020 à 23/03/2020. 2023.

No que tange a distribuição regional observamos que o interesse pelo tema também se apresenta diferenciado entre as regiões, sendo que o maior número de estudo se concentrou na região Sudeste totalizando 50%, seguida da região Sul com 20, 83%, as regiões Nordeste e Centro-Oeste com 14,58% cada e o Norte contabilizando 0%. Consideramos que a maior

concentração de trabalhos na região sudeste atribui-se ao grande número de Instituições de Ensino Superior (IES) distribuídas na região, com ênfase para o quantitativo de programas de pós-graduação stricto sensu, que, desde sua criação, tem concentração em universidades da região como a USP, UNICAMP etc. (NAZARENO; HERBETTA, 2019) e dessa maneira trazem à tona as assimetrias e desigualdades regionais como um dos principais desafios da pós-graduação Brasileira. Em relação à região norte, que neste estudo não evidencia nenhuma tese, acreditamos que o afunilamento que utilizamos na seleção dos trabalhos excluiu teses que trabalharam esse tema, mas, em outras áreas e por essa razão, não se enquadraram nos parâmetros desse estudo e também deve-se considerar que a busca na plataforma CAPES representa a realidade do período em que esta busca foi realizada. No que concerne aos sujeitos das pesquisas, o recorte de gênero demonstrou que 68,75% das pesquisadoras são do gênero feminino e 33,25% do gênero masculino.

Essa diferença entre os gêneros atribuiu-se ao fato das áreas de concentração das pesquisas terem sido a Educação e a Sociologia, onde há um quantitativo maior de mulheres mas, também reforça o que já vem sendo constatado por várias pesquisas, como a realizada e publicizada em março de 2021 pelo Instituto Brasileiro de Estatística (IBGE) com o título “Estatística de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil”, que demonstrou que: “as mulheres brasileiras são mais instruídas que os homens e com mais acesso ao ensino superior (...). Na população com 25 anos ou mais, 19,4% das mulheres e 15,1% dos homens tinham nível superior completo em 2019”.¹ Porém, essa realidade não se aplica às mulheres negras, conforme pesquisa realizada pela Professora Vera Kalsing (2019) da Universidade Federal de Lavras (UFLA)² sobre a presença feminina na universidade, pontua que é preciso fazer uma ressalva, ao fato da entrada das mulheres em maior número na universidade em relação aos homens, esse crescimento não contempla as mulheres negras, e que para entender esse fenômeno é necessário fazer uma contextualização histórica do país, e analisar questões de gênero, raça e classe para compreender os resultados, por isso políticas de inclusão como a de cotas raciais são extremamente necessárias.

¹Ver: IBGE: Mulheres têm mais acesso ao ensino superior, mas ainda são minoria em áreas como engenharia e TI
<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/03/04/ibge-mulheres-tem-mais-acesso-ao-ensino-superior-mas-ainda-sao-minoria-em-areas-como-engenharia-e-ti.ghtml>. visto em 23/12/2022.

²Ver: MULHERES NO ENSINO SUPERIOR. Aumento de mulheres no ensino superior é analisado por pesquisa da UFLA
<https://ufla.br/noticias/pesquisa/12728-aumento-de-mulheres-no-ensino-superior-e-analisado-por-pesquisa-da-ufla>. 23/12/2022.

No que diz respeito, à natureza das pesquisas, das 48 teses, 83,33% trabalharam com a abordagem qualitativa e 16,66% trabalharam com o conjunto de dados qualitativos e quantitativos. Entendemos que a maioria das pesquisas optou pela abordagem qualitativa porque se preocupa com o universo de significado que corresponde a um espaço mais profundo das relações que não podem ser resumidos às variáveis (MINAYO, 1994), mas por outro lado compreendemos também que analisar os dados conjugando as abordagens qualitativas e quantitativas permite aos/as pesquisadores/as uma ideia mais ampla e inteligível da complexidade do problema estudado.

Entendemos que os/as autores/as das teses analisadas escolheram as abordagens que foram apropriadas para responder às suas questões considerando os sujeitos das pesquisas (grupos de estudantes, Professores/as, gestores/as e funcionários/as) assim, o desenvolvimento da pesquisa qualificou as abordagens escolhidas.

A primeira parte das análises que tange às questões teórico-metodológicas trabalhadas, agrupamos as teses em nove (09) blocos da seguinte forma: 1- Abordagem sócio-histórica e dialética com o total de sete (07) teses; 2- Estudo de caso contabilizando sete (07) teses; 3- Análise de discurso e análise de conteúdo com o total de cinco (05) teses); 4- Análise documental, bibliográfica e exploratória com sete (07) teses; 5- Metodologia pós-colonial uma (01) tese; 6-Estudo comparativo duas (02) teses; 7-Pesquisa participante duas (02) teses; 8- Metodologias diversas seis (06) teses e 9- descrição da linha teórica sem especificar a metodologia, somente descrição das técnicas de pesquisa e natureza da pesquisa onze (11) teses.

Discutindo as temáticas, tendências e principais resultados encontrados nos estudos

Nesta segunda parte do artigo descrevemos e analisamos as pesquisas qualitativamente com o objetivo de compreender o caminho seguido nesses estudos, posto isto, dividimos em partes as análises com o fim de sintetizar as informações coletadas, assim temos: objetivos gerais; fundamentação teórico-metodológico; problematização e resultados encontrados.

Objetivos gerais dos estudos

Conquanto as pesquisas tenham percorrido caminhos diferentes nas suas análises foi possível agrupá-las por apresentarem proximidade nos seus objetivos, desse modo dividimos as pesquisas em seis grupos:

O primeiro “Políticas Públicas de democratização do acesso à Universidade” o interesse central foi entender como, efetivamente, as políticas de ações afirmativas propiciaram a inclusão nas universidades e em outros espaços, isto é, o entendimento da ação afirmativa como uma importante política pública que abre a universidade e outras instituições para a diversidade e a interculturalidade.

O segundo “Projeto pedagógico específico para os negros/as” as pesquisas voltaram à atenção para a formação de um currículo que contemplasse a história dos/as negros numa perspectiva não subalternizada, rompendo assim, com a imagem submissa dos negros/as naturalizada nos livros didáticos, então, neste caso, houve uma atenção com a análise da produção de material pedagógico intercultural de modo a valorizar a contribuição dos/as negros/as na história do Brasil, bem como, a orientação para formação de professores no sentido de incluir efetivamente os/as estudantes negros/as.

O terceiro “Avaliação de Política de Ações Afirmativas nas IES” os estudos de modo geral analisaram a eficácia dessa política nas instituições de ensino superior avaliando os impactos na estrutura da gestão universitária, principalmente, nas áreas acadêmicas, e administrativo-burocrática.

Nesse agrupamento de pesquisas ficou evidenciado nos estudos que algumas universidades estão resistindo e/ou tendo dificuldades no campo administrativo em lidar com a chegada dos sujeitos de direitos dessas políticas. Esses problemas se apresentam desde o processo de seleção para a entrada na universidade, pois algumas universidades no critério de inclusão priorizaram o recorte social e não racial, diminuindo assim, o número de vagas para negros/as.

O quarto “Avaliação do debate social sobre as Políticas de Ação Afirmativas” o olhar investigativo foi direcionado para os debates polarizados que ocorreram na sociedade brasileira, onde grupos de intelectuais, a imprensa entre outros setores polemizou sobre as políticas afirmativas de recorte racial. Essa polarização do debate social evidenciou o racismo que parte da sociedade ocultava por meio do discurso da democracia racial e da meritocracia.

O quinto “Avaliação dos estudantes cotistas” as análises se debruçaram sobre as subjetividades, desempenhos e convivências dos cotistas desde o processo de seleção para as universidades passando pela permanência, abandono e os egressos dos cursos.

Por fim, o sexto “Avaliação das políticas de permanência” as pesquisas investigaram se as IES que foram alvo dos seus estudos e que implementaram as políticas de ações

afirmativas instituíram programas que garantiram efetivamente a permanência dos estudantes cotistas até a integralização do curso.

À vista disso, consideramos que as questões discutidas evidenciaram os esforços dos/as pesquisadores/as em divulgar como as políticas de ações afirmativas estavam sendo executadas nas universidades e para além desse interesse, buscaram saber quais problemas foram enfrentados após a efetivação dessa política apontando assim, alternativas de solução para esses problemas.

Fundamentação teórico-metodológica dos trabalhos

As pesquisas indicaram as opções teórico-metodológica que os/as pesquisadores/as elegeram para explicarem os fenômenos por eles/as estudados, dessa maneira dividimos as teses em nove grupos considerando seus referenciais teórico-metodológicos que conseguimos descrever, mas ressaltamos que em alguns trabalhos, alvo desse artigo de revisão integrativa não foi possível essa percepção.

No primeiro conjunto 7 teses (14,58%) agregamos os trabalhos que utilizaram a abordagem ‘Sócio-histórica e dialética’ houve a intenção de entender o objeto de estudo em sua complexidade, com a especificidade e com as diferenciações que os problemas e/ou sujeitos da pesquisa apresentaram (MINAYO, 1994).

No segundo grupo, 7 teses, (14,58%) fizeram ‘Estudo de caso’ o alvo foi estudar isoladamente um grupo, para avaliá-lo analiticamente, ou seja, o caso é tomado como unidade significativa do todo e, por isso, suficiente tanto para fundamentar um julgamento fidedigno quanto propor intervenção. (CHIZZOTTI, 2006).

No terceiro grupo de cinco (5) teses (10,41%) ‘Análise de discurso’ e ‘Análise de conteúdo’, o propósito dos/as pesquisadores/as que escolheram a análise de discurso foi investigar os sentidos estabelecidos em diversas formas de produção, onde alguns foram relatos orais e outros foram documentos que contribuíram para suas análises e, os/as que elegeram a análise de conteúdo, se debruçaram nos textos, nesse contexto, (alguns foram documentos institucionais) que permitiram de forma prática e objetiva produzir inferências do conteúdo dos materiais escritos³ por eles/as selecionados.

³ CAREGNATO. Rita Catalina Aquino, MUTTI. Regina Pesquisa Qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. Texto Contexto Enfermagem. Florianópolis, 2006 Out-Dez 15 (4): 679-84. Pg. 682

No quarto grupo, ‘Análise documental, bibliográfica e exploratória’ os estudos buscaram identificar as suas questões relevantes por meio das informações contidas nas documentações alvo das análises.

O quinto conjunto teve somente uma tese (2,08%), a autora utilizou a perspectiva pós-colonial. A crítica pós-colonial tem como pressuposto a importância das narrativas nacionais, construídas em um contexto mundial de colonialidade sobre o outro, e acentua a necessidade prioritária da revisão anticolonial dos valores e orientações a tais metanarrativas.⁴

No sexto grupo, duas (2) teses (4,26%) e sétimo 2 teses (4,16%) as pesquisas respectivamente utilizaram ‘Estudo comparativo’ e ‘Observação participante’. As teses que utilizaram o método comparativo buscaram comparar as políticas afirmativas em universidades diferentes, com vistas à avaliação entre as semelhanças e diferenças, e as teses que utilizaram a observação participante realizaram uma incursão no espaço acadêmico, visando acompanhar o cotidiano nas universidades para elaborar suas análises.

No oitavo grupo, correspondente a 11 teses (22,91%) não identificamos a metodologia somente a natureza da pesquisa e a descrição das técnicas de pesquisas. Por fim, o último grupo com 6 teses (12,5%) os/as autores/as recorreram a diversos caminhos teórico-metodológicos com o objetivo de responder às questões levantadas.

De modo geral as pesquisas buscaram delinear a fundamentação teórico-metodológica que nortearam a compreensão dos seus objetos de estudos, mas em alguns trabalhos não conseguimos evidenciar o percurso teórico-metodológico desses estudos.

Problematização das teses

Sobre a problematização das teses, fizemos o levantamento de 44 teses, porque, em quatro (4) delas não conseguimos identificar a problematização. Desta maneira, agregamos a partir das questões que se assemelham e dividimos as 44 teses em quatro classes intituladas: política de ação afirmativa com recorte racial nas universidades; ‘sociedade brasileira e controvérsias sobre a política de ação afirmativa com recorte racial’; ‘questão étnico/racial e educação’ e ‘mercado de trabalho e os egressos das políticas afirmativas para negros/as’.

Na primeira classe ‘Política de Ação afirmativa com recorte racial nas universidades’: uma tese problematizou as relações interpessoais e intergrupais no ambiente acadêmico; três

⁴ MOYA, Thais Santos. A nação mestiça está ameaçada? Análise pós-colonial do debate público sobre as ações afirmativas no Brasil. São Carlos: UFSCar. 227 págs., 2015. Pg. 65.

teses questionaram as políticas de permanência nas universidades e 15 teses problematizaram a implementação das políticas afirmativas nas universidades.

Na segunda, ‘Sociedade brasileira e controvérsia sobre as políticas de ações afirmativas com recorte racial’, uma tese problematizou o debate público sobre a lei das cotas; uma tese questionou a identidade versus o pertencimento racial; 7 teses problematizaram a instituição dos programas de inclusão racial e 8 teses questionaram o racismo na sociedade brasileira tendo como pano de fundo as políticas afirmativas.

Na terceira designada de ‘Questão étnico/racial e educação’, 2 teses problematizaram a política educacional na relação étnico/racial e 3 questionaram a identidade racial e a educação.

Na quarta classe, 3 teses questionaram o mercado de trabalho para os egressos das políticas de ação afirmativa.

Constatamos que na elaboração das problematizações a inquietação dos/as pesquisadores/as foi entender também como esse grupo de estudantes negros/as antes excluídos/as do espaço acadêmico impactou nas dinâmicas formativas e de sociabilidade dentro das instituições de ensino superior ao colocar em cena, novas temáticas, epistemologias outras, novas formas de pensar, sentir e agir impulsionando o que alguns autores tem chamado de pensamento decolonial superando assim, a colonialidade do saber presente nas universidades.

Resultados das pesquisas

Em relação aos resultados das teses, reunimos os estudos de acordo com as similaridades deles, à vista disso, dividimos as 48 teses em cinco grupos: o primeiro intitulado de ‘Educação brasileira contemporânea e relações raciais (7 teses); o segundo ‘Políticas de permanência nas universidades’(5 teses); terceiro ‘Questão identitária versus racismo no espaço acadêmico’(7 teses); quarto ‘Estudos que questionam as políticas afirmativas com recorte raciais’ (2 teses) e quinto ‘Avaliação das políticas afirmativas’ (27 teses).

No primeiro, as pesquisas se debruçaram sobre o debate das relações raciais na sua interface com a educação, e demonstraram a importância da inserção da história e cultura afro-brasileira nos currículos das instituições de ensino, contribuindo dessa maneira para formação da identidade dos/as estudantes negros/as.

No segundo, os estudos elegeram trabalhar com as políticas de permanência para os estudantes negros/as, que acessaram a universidade por meio das políticas afirmativas e perceberam que a permanência tanto material quanto simbólica é um processo em construção nas universidades, concluíram que somente algumas universidades desenvolveram políticas de permanência para os /as estudantes que entraram pelas ações afirmativas.

Essas pesquisas apontaram que sem uma política que garanta a permanência desses/as estudantes, que em sua maioria advêm de famílias carentes, ocorrerá a evasão dos cursos assim, deixa-se de cumprir o objetivo das ações afirmativas, que é a formação desses/as jovens negros/as. Ficaram também evidenciados nos resultados das teses que a resistência em continuar na universidade tem sido assegurada por estratégias informais dos/as próprios/as estudantes.

No terceiro, as teses que examinaram a questão identitária versus o racismo acadêmico, os resultados apontaram que a condição de beneficiário das ações afirmativas levou os/as estudantes a construir uma identidade racial, sobretudo porque o ambiente hostil e elitista das universidades os/as discriminam, então, essa construção identitária se dá pela participação nos coletivos negros instaurados nas universidades e participação em grupos de pesquisas que trabalham com a temática racial, como os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros – NEAB.

No quarto, os/as pesquisadores questionaram o interesse do Estado na instituição das políticas de ações afirmativas, desse modo, os argumentos pautaram-se na ideia de que as políticas focais não resolveriam o problema da desigualdade racial na educação superior, então, na visão desses/as pesquisadores, a solução fluiria, paulatinamente, pelas políticas universalistas na proporção em que essas fossem capazes de garantir o direito à cidadania para todos/as independente do grupo racial. Também foi salientado nesses estudos que a Lei 12.711/2012 (Lei das Cotas) foi concebida para promover a igualdade social, ficando subsumida nesta lei a igualdade racial. (Cf. Santos, 2015).

Por fim, no quinto, as pesquisas que avaliaram as políticas de ações afirmativas evidenciaram que a implementação dessa política provocou mudanças significativas nas estruturas das universidades, primeiro porque esse espaço antes elitizado e com a predominância de um único tipo étnico, agora começa a apresentar uma nova configuração pluriétnica. Assim, também, resta evidente que nesse sentido a base organizacional dessas

instituições foi compelida a se adequar a esse novo cenário, mas, segundo esses estudos ainda há muitas resistências burocráticas.

A maioria das pesquisas mostrou a importância das políticas de ações afirmativas com recorte racial, por considerarem um instrumento justo para minorar as desigualdades no ensino superior entre negros/as e brancos/as. Também ficou evidenciado nesses estudos “o sentido e o significado da luta dos movimentos negros pela implementação de ações afirmativas no ensino superior brasileiro”. (SANTOS, 2015, p. 77)

Considerações finais

De modo geral, o presente artigo teve como objetivo analisar e sintetizar as teses sobre as ações afirmativas com recorte racial, ao todo, foram selecionadas 48 pesquisas. Os estudos demonstraram que a questão racial no Brasil ainda é um campo muito tensionado, sobretudo no âmbito das políticas educacionais inclusivas com recorte racial. Afirmam que há uma resistência visceral na sociedade brasileira em admitir que os/as negros/as são discriminados porque são negros e não porque são pobres, ou seja, ainda é vigente no Brasil o mito da democracia racial e com isso a crença de que se houver a inclusão dos pobres na universidade, conseqüentemente os/as negros/as serão beneficiados.

Há de se observar que os resultados também apontaram os aspectos positivos das políticas afirmativas, conquanto, os/as estudantes que enfrentaram sozinhos/as a permanência no curso, conseguiram com apoio familiar, dos coletivos negros das universidades, dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros superar os desafios que enfrentaram na realização do curso.

Por fim, analisamos que grande parte das pesquisas fizeram avaliação das políticas afirmativas nas universidades, com fins de mostrar sua efetividade como um instrumento de busca de equidade. E nesse contexto percebemos uma carência de estudos que se dedicassem nas tão necessárias políticas de permanência.

Referências

BOTELHO, L.L.R. ; CUNHA, C. C. de A. ; MACEDO, M. *O método da Revisão integrativa os estudos organizacionais*. Gestão e Sociedade. Belo Horizonte, volume 5 números 11, P. 121-136, maio/agosto 2011, ISSN 1980-5756.

BRASIL. Lei 12.711/2012. Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm> . Acesso em:
20 de jan. 2023.

CAREGNATO. Rita Catalina Aquino, MUTTI. Regina Pesquisa Qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto Contexto Enfermagem*. Florianópolis, 2006 Out-Dez 15 (4): 679-84.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*, 8. ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

DA CONCEIÇÃO SILVA, L. I.; MORAIS, E. S. de; SANTOS, M. S. dos. COVID-19 e população negra: desigualdades acirradas no contexto da pandemia. *Revista Thema*, [S. l.], v.18, n. ESPECIAL, p. 301–318, 2020. DOI: 10.15536/thema.V18.Especial.2020.301-318.1814. Disponível em: <<https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/1814>>. Acesso em: 25 fev. 2023.

DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otavio Cruz; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

ERCOLE. Flávia Falci; MELO. Laís Samara de; ALCOFORADO. Carla Lúcia Goulart Constant. Integrative review versus systematic review. *REME - Rev Min Enferm.*; 18(1):9-12, Jan/Mar, 2014. Disponível em: <http://www.dx.doi.org/10.5935/1415-2762.20140001>. Acesso em: 20 jan.2023.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era*, Volume 2. São Paulo: Globo, 2008.

GOMES, Nilma Lino. *O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: RJ, Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MOYA, Thais Santos. *A nação mestiça está ameaçada? Análise pós-colonial do debate público sobre as ações afirmativas no Brasil*. São Carlos: UFSCar. 227 págs. 2015.

NAZARENO, Elias; HERBETTA, Alexandre Ferraz. A pós-graduação brasileira: sua construção assimétrica e algumas tentativas de superação. *Estud. psicol. (Natal)*, Natal, v. 24, n. 2, p. 103-112, jun. 2019. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2019000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 28 fev. 2023. <http://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20190013>.

SANTOS, Sales Augusto dos. *Educação: um pensamento negro contemporâneo*. Jundiá, Paco Editorial, 2014.

SILVA, Cláudio Emidio; FURTADO, Lucas Antunes. *Educação escolar e direito indígenas: uma revisão integrativa de teses e dissertações a partir do BDTD*. Espaço Pedagógico. v. 26, n. 3, Passo Fundo, p. 904-920, set./dez. 2019. Disponível em <www.upf.br/seer/index.php/rep> Acesso em: 28 fev. 2023.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. *Revisão integrativa: o que é e como fazer?* Einstein, São Paulo, n. 8, p. 102-106, jun. 2009.

URSI, E. S. *Prevenção de lesões de pele no perioperatório: revisão integrativa da literatura*. [dissertação]. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto; 2005.